



Anais da Assembléia

Nº 60

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 14 DE MAIO DE 1996

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Berlinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppino - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB – 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB – 10: Durval Amaral - Cleiton Kieise - José Tavares - Calisto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB – 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartão; PPB – 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL – 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Reny Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT – 05: Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 1996

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

As quinze horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1340

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência na Discussão e Votação da Proposição nº 042/95, item 02 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 14.05.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 1338

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a Votação em Bloco das Proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 14.05.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1339

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, vem respeitosamente à presença de V. Exa., para REQUERER o adiamento, por 10 sessões do Projeto de Lei nº 107/95, cuja sessão de hoje apreciaria o Veto nº 42/95, do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 14.05.96.

(a) CARLOS SIMÕES

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA;

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 107/95, Proposição nº 041/95. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando votação em bloco das proposições constantes da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para a Proposição nº 042/95, item 02 da Ordem do Dia. **Aprovado.**

O Sr. 1º Secretário procederá à chamada para a votação dos Vetos.

O SR. DR. ROSINHA - Vossa Excelência colocou em votação em bloco, e quero requerer a votação em separado do item 2 da pauta.

Farei imediatamente por escrito, à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Embora seja matéria vencida vou submeter a voto o requerimento de V. Exa. **Aprovado.**

O Sr. 1º Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados para a votação do Veto nº 042/95.

(É procedida à chamada nominal).

Responderam à chamada, 48 Senhores Deputados.

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 042/95, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 480/95, de autoria do Tribunal de Justiça, que adota tabela única de vencimentos dos servidores e serventuários dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 268/95

Curitiba, 20.12.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 263/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 480/95, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo fixar, a partir de 1º de novembro de 1995, novos valores para os níveis de vencimentos dos cargos dos diversos quadros de servidores e serventuários, ativos e inativos, do Poder Judiciário.

A negativa de sanção deve-se, inicialmente, ao fato de que a política de reajustes remuneratórios para todo funcionalismo estadual, vem, por força de imperativos constitucionais, fazendo-se, sempre, a partir da mesma data e para os servidores dos três Poderes.

A necessidade de veto verificou-se ainda, porque a gratificação por "encargos especiais" prevista no art. 172, inciso VIII, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 e aludida na justificativa do presente Projeto de Lei, não é, pela sua própria natureza de vantagem transitória, incorporável a vencimentos e nem tampouco a proventos de inatividade. Caso tal incorporação viesse, de modo geral, ocorrer, as despesas com a folha de pagamento do funcionalismo seriam preocupantemente aumentadas e, conseqüentemente, afrontados os limites que a Magna Carta estabelece para tais gastos.

Ademais, é oportuno ressaltar que a Coordenadoria de Orçamento e Programação, órgão da Secretaria SEPL, analisando o assunto alertou que, na execução do orçamento do Poder Judiciário para o próximo exercício, haveria, pelas projeções feitas, falta de recursos se a medida em causa fosse acolhida.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 480/95, encontra-se publicado no D.A. nº 168/95, de 28.11.95, em 1ª Discussão).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO Nº 42/95

P A R E C E R:

RELATÓRIO

O Governador do Estado, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, inc. VII e na conformidade do dispositivo 71, § 1º, ambos da Constituição Estadual após veto ao Projeto de Lei nº 480/95, de autoria do Egrégio Tribunal de Justiça, que adota tabela única de vencimentos dos servidores e serventuários dos quadros de pessoal do Poder Judiciário.

FUNDAMENTAÇÃO

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal estabelecido pela Constituição Estadual. A razão exposta pelo Chefe do Executivo para o mencionado veto é por julgá-lo contrário ao interesse público, já que a negativa de sanção deve-se ao fato de que a política dos reajustes remuneratórios para todo o funcionalismo estadual faz-se sempre a partir da mesma data e para os servidores dos três Poderes.

Outro motivo do veto é que a gratificação por encargos especiais prevista no art. 172, inc. VIII, da Lei 6.174, de 16 de novembro de 1970, não tem natureza de vantagem transitória, incorporável a vencimentos e nem tampouco a proventos de inatividade. Alega o Governo que se tal incorporação houvesse, as despesas com a folha de pagamento do funcionalismo seriam preocupantemente aumentadas e seriam ultrapassados os limites constitucionais estabelecidos para tais gastos.

Outrossim, igualmente, ressalta o Poder Executivo nas alegações do veto que a Coordenadoria de Orçamento e Programação, órgão da Secretaria SEPL, analisando o assunto alertou que, na execução do orçamento do Poder Judiciário para o próximo exercício, haveria falta de recursos se a medida em causa fosse acolhida, pelas projeções feitas.

CONCLUSÃO

Diante do exposto a matéria se encontra em condições de ser submetida à consideração do Plenário.

Sala das Comissões, em 17.04.96

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

(Prossegue chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Convido os Deputados Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Valdir Rossoni e Élio Rusch, para -

comporem a Comissão Escrutinadora.

DIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG N° 015/95

Curitiba, 17.01.96.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 306/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 184/95, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo instituir a Universidade Internacional da Agricultura Auto-Sustentável, com a finalidade principal de coligir todos os trabalhos e experiências na área de agricultura ecológica a nível mundial.

A negativa de sanção ao Projeto de Lei em referência decorre de sua inconstitucionalidade, eis que versa sobre matéria cuja competência para iniciativa do processo legislativo é atribuída ao chefe do Poder Executivo, conforme preceituam os arts. 66, inciso IV e 87, inciso VI, ambos da Carta Estadual.

Por outro lado, vale ressaltar o fato de o assunto ter sido examinado pelas Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral; Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; e da Agricultura e do Abastecimento, as quais manifestaram-se contrárias à medida. Para oferecer maior detalhamento às razões do veto ora apostado, adoto o adiante transcrito pronunciamento da SEPL:

"Trata-se de projeto de lei autorizatório que visa instituir a Universidade Internacional da Agricultura Auto-Sustentável, em que pese o mérito do autor, o texto em pauta colide frontalmente com o projeto em fase de implantação denominado Universidade do Campo, cuja orientação para implantação está a cargo do IAPAR.

Por se tratar de projeto específico que apresenta os chamados "Agricultores Ecológicos" em realidade o texto estabelece linhas de crédito subsidiados (Art. 12), que não estão contemplados no orçamento do Estado, fator este que inviabiliza "ab initio" a sanção governamental.

Além da inexistência de verbas orçamentárias da não indicação da origem das despesas, projetos de tal natureza que envolvem investimentos e dispêndios de recursos do Estado, são de iniciativa do Governador do Estado, logo o presente texto reveste-se de inconstitucionalidade que leva a vício de origem, sendo portanto necessária a sugestão de veto no presente dispositivo, oriundo da Assembléia Legislativa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

- Senhor Presidente, registro com satisfação nessa Casa, a presença de uma comitiva de Campina da Lagoa. Estão aqui presentes o Presidente do PMDB, o companheiro José Antonio Lunardelli; o ex-Prefeito Joaquim Antonio de Lima; o comerciante Ernani Chiqueto; Osvaldo Correia; o Vereador Waldomiro Lins; o Prefeito Marciano; o senhor Geraldo Pires Manganotti; Mário Paulista; enfim, que vieram a Curitiba tratar de um assunto de extrema importância, que é uma balança na Rodovia Federal que liga Campo Mourão a Cascavel, que estava, na verdade, inviabilizando o transporte da nossa safra.

Temos a expectativa que o pleito - que também foi acompanhado pelo Prefeito, que é Presidente da CONCAN, Arnaldo Sucupira e ainda pelo Deputado Nelson Tureck - possa ser na verdade, atendido pelo Secretário Deni Schwartz.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado a presença.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Também gostaria de passar às suas mãos uma correspondência vinda da cidade de Cornélio Procopio, assinada pelo senhor Hermes Fonseca, que faço entrega a Sua Excelência, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Agradeço!

Anunciando a votação do veto: quarenta e oito (48) Senhores Deputados votaram.

Trinta e seis (36) com a cédula SIM, e doze (12) com a cédula NÃO.

Mantido o veto.

Concedo a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Lendo os jornais hoje, vi uma matéria sobre a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no jornal "O Estado do Paraná", que gostaria que ficasse registrado nos Anais da Casa; uma análise a respeito do Poder Legislativo feito por alguns Deputados desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor Secretário procederá a chamada nominal para a votação do Projeto n° 012/96.

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 012/96, veto apostado ao Projeto de Lei n° 184/95, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Internacional da Agricultura Auto-Sustentável. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CON-

Esses os motivos que me levaram a votar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA BELINATI

Governadora do Estado, em exercício

(O Projeto de Lei n° 184/95, encontra-se publicado no D.A. n° 56/95, de 24.05.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N° 12/96

P A R E C E R:

A proposição em tela traz Veto apostado ao Projeto de Lei n° 184/95, que foi comunicado a esta Casa pelo Sr. Governador do Estado, através do Ofício SEFG/15/96, daí decorrendo o prazo constitucional para a devida apreciação por esta Assembléia Legislativa.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal estabelecido pela Constituição Estadual. O Chefe do Poder Executivo vetou o referido projeto conforme atribuição constitucional e por decorrer o mesmo de inconstitucionalidade, eis que a matéria nele versada é de competência da iniciativa do Governador do Estado, conforme preceituam os arts. 56, IV e 87, VI, ambos da Constituição Estadual.

Outrossim, o Veto se apoia em manifestações contrárias das Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral; Ciências, Tecnologia e Ensino Superior, e da Agricultura e do Abastecimento.

Diante do exposto, a matéria encontra-se em condições de ser submetida à consideração do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.03.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

O SR. EDUARDO TREVISAN (Pela Ordem) - Senhor Presidente, com relação ao pedido do Deputado Vanhoni, gostaria humildemente de pedir a destranscrição da matéria citada e pedir que ela seja o mais rápido possível esquecida por todos.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, só para registrar que acho que o Presidente Fernando Henrique Cardoso está fazendo escola...

(Vozes paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O dono da matéria é o Deputado Vanhoni. Se ele concordar... Concordou.

Está retirado e vamos esquecer para sempre.

Cinquenta e dois Senhores Deputados votaram. Designo uma Comissão constituída

pelos Deputados Joel Coimbra, Elío Rusch e Duílio Genari, para comporem a Comissão Escrutinadora.

Votaram 52 Senhores Deputados. Vinte e nove com a cédula Sim, vinte e dois com a cédula Não, um em branco.

Mantido o Veto.

Rejeitado o projeto.

Anunciamos a presença do Prefeito Luiz Ribeiro Castro de Carvalho, de Jaboti.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 041/95, Veto apostado ao Projeto de Lei n° 107/95, de autoria do Deputado Carlos Simões, que estabelece normas de proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência, cria o Programa Estadual de Proteção à Pessoa Deficiente e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Conforme requerimento de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, fica adiada a discussão por 10 (dez) sessões da Proposição n° 041/95, Veto Apostado ao Projeto de Lei n° 107/95.

OFÍCIO/CTL/SSEG N° 236/95

Curitiba, em 13.12.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 254/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual vetei o Projeto de Lei n° 107/95, por julgá-lo inconstitucional e, pela forma como está posto e redigido, contrário aos superiores interesses públicos.

Dispõe o autógrafo sobre a "Política Estadual de Integração da pessoa portadora de deficiência". A arguição de inconstitucionalidade é feita em razão de ferir o preceito contido no art. 66, inciso IV, da Carta Estadual, que confere ao Chefe do Poder Executivo a competência para iniciativa do processo legislativo de leis sobre tal matéria.

Por outro lado o projeto de lei em referência contraria aos superiores interesses da Administração, porque, pela forma como está redigido, inclusive com falhas de remissões, torna-se de difícil exequibilidade.

Ademais, é oportuno e necessário lembrar a existência da Lei n° 7.875, de 02 de julho de 1984, dispondo sobre a "ação social do Estado no que respeita à Educação, Habilitação ou Reabilitação e Integração das pessoas com deficiência". Com base em tal lei, o Poder Executivo, atra-

vés de órgãos de sua estrutura básica, vem dando atendimento satisfatório às pessoas portadoras de deficiência. Disso conclui-se, também, ser desnecessária a medida consubstanciada no projeto de lei ora vetado. Melhor ilustrando os motivos desta negativa de sanção, é feita anexação de cópia de pronunciamento da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral sobre o assunto.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa. Valho-me do ensino para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 107/95 encontra-se publicado no D.A. nº 34/95, de 17.04.95)

Secretaria de Estado do
Planejamento e Coordenação Geral
Coordenadoria de Planejamento
Organizacional

INFORMAÇÃO Nº 35/95-CPN

ASSUNTO: Projeto de Lei nº 107/95, dispondo sobre a "Política Estadual de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência".

PROTOCOLO: S/Nº.

Trata o presente expediente do Projeto de Lei nº 107/95, que dispõe sobre a "Política Estadual de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência".

Isto posto, cabe-nos o registro sob o aspecto organizacional, ainda que da forma sucinta, de alguns aspectos de ordem técnica, que merecem atenção.

O Estado do Paraná, historicamente atento à matéria de considerável relevância social, aprovou em data de 02 de julho de 1984, a Lei nº 7.875, estabelecendo procedimentos no âmbito da ação pública do Estado voltados à habilitação, à integração e à educação das pessoas portadoras de deficiências sensoriais (auditivas e visuais), de deficiências físicas não sensoriais e das portadoras de deficiências múltiplas, de modo a proporcionar-lhes condições adequadas de formação escolar e profissional, direcionando-lhes condições de melhor oportunidade de trabalho e de convívio comunitário, possibilitando-lhes o pleno desenvolvimento social necessário.

Reservou a referida lei, artigo à criação do "Conselho Estadual de Educação, Habilitação ou Reabilitação e Integração Social", como órgão colegiado dotado de competência a garantir a tais pessoas a efetiva "voz" ao pleito e à realização de seus direitos de cidadania.

A vigente Lei nº 7.875/84 está regulamentada pelo Decreto nº 4.446, de 06 de

dezembro de 1984, discorrendo em capítulo específico sobre a criação de empregos públicos, dentre outras disposições atinentes à matéria.

Nesse sentido, o projeto de lei, em tela, deverá merecer cuidadoso reestudo, de modo a não incorrer em procedimento administrativo de paralelismo de ação, em contradição aos princípios da Lei nº 8.485, de 03 de julho de 1987, que dispõe sobre a reorganização da estrutura básica do Poder Executivo, no sistema de administração pública do Estado.

Com referência ao texto do Projeto de Lei nº 107/95, podemos destacar conotações de ordem técnica, a saber:

1 - O Art. 7º propõe a criação de uma unidade administrativa denominada "Assessoria Especial para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência", vinculada à Secretaria com atuação na área.

Por tratar o texto de assunto que tem como propósito maior a relação de emprego a essa parcela da sociedade, entendemos, salvo melhor juízo, que a referida Assessoria Especial, pela natureza de sua atuação deve subordinar-se organizacionalmente à Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho - SERT, posicionamento este ratificado pelo Art. 23, Capítulo V, sob a denominação "Da Criação de Empregos Reservados".

Convém lembrar, ainda, que a instituição de unidades administrativas no âmbito da administração pública do Poder Executivo Estadual é condição reservada ao titular deste Poder, conforme princípio adotado no procedimento de organização e funcionamento dos órgãos e entidades desta administração, no decurso da Constituição Estadual vigente.

2 - O Art. 8º vem tratar da criação do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, devendo vincular-se, também, à Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, conforme entendimento sustentado no parágrafo anterior, ou seja, pela natureza de suas atividades.

Ratificamos, outra vez mais, a reserva de poder ao Governador do Estado quanto ao ato de criação para o Conselho tanto quanto para a Assessoria Especial.

Este artigo, nos incisos V, VI, VIII e XII, transcreve erroneamente os órgãos que integrarão, por seu representante, o respectivo Conselho, podendo esse fato concorrer para uma interpretação duvidosa no ato de indicação dos mesmos, por conta da desatenção aos princípios da boa técnica legislativa e da exatidão a que deve direcionar a assertiva.

O rigor na transcrição do nome do órgão deve pautar-se pelo atendimento à Lei de sua instituição, devendo ser considera-

da, por outro lado, a inexistência, neste projeto, de qualquer intenção modificadora do nome dos órgãos que compõem o Conselho.

3 - O Art. 9º, em seu inciso XIV, reporta-se a um Fundo, devidamente instituído pelo Art. 16, sob a denominação de "Fundo Estadual de Apoio à Pessoa Portadora de Deficiência", que deve ser submetido a exame técnico da Secretaria de Estado da Fazenda, bem como da Coordenadoria de Orçamento e Programação, desta Pasta.

4 - O Art. 10 está a definir condições de modo a possibilitar a participação de organizações interessadas no Conselho, a que se refere o Art. 8º, envolvendo a Secretaria de Estado do Emprego e Assuntos da Família, ao invés da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, em cuja estrutura organizacional deverão acomodar-se, a nosso entender, o próprio Conselho e a Assessoria Especial, a que nos referimos nos parágrafos 1 e 2, desta Informação. Por outro lado, poder-se-á manter operação administrativa conjunta de maneira ampla, no que se fizer necessário ao bom funcionamento da Política Estadual de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

5 - O Art. 24 impõe, em sua redação, tratamento desigual aos iguais perante a Magna Carta, mesmo devendo ser considerado, como neste caso específico, a necessidade de averiguação de conhecimentos técnicos e administrativos que os habilitem ao exercício da função a que concorrem. A este respeito dever-se-ia ser ouvida a Secretaria de Estado da Administração.

6 - O Art. 25 faz remissão ao Art. 31 e seus parágrafos, artigo este inexistente neste Projeto de Lei.

A presente matéria, enfim, está a merecer, de todo, melhores cuidados de técnica legislativa.

Por fim, somos de parecer de que o presente Projeto de Lei subtrai do Chefe do Poder Executivo Estadual a competência constitucional a ele reservada para a iniciativa da matéria.

É a informação.

Curitiba, 06 de dezembro de 1995.

(aa) RITA DE CÁSSIA TREVILSAN MEYER
Chefe/CPN
IVAN SELONKE
Advogado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 41/95

VETO AO PROJETO DE LEI Nº 107/95
AUTORIA DEPUTADO CARLOS SIMÕES

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 107/95, de autoria do Deputado Carlos Simões, pretende estabelecer normas de proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência, criando o Programa Estadual de Proteção à Pessoa Deficiente e dando outras providências.

O Veto apostado ao projeto de lei em exame fundamenta-se no preceito contido no artigo 66-IV da Constituição Estadual, alegando ainda que o mencionado projeto contraria interesses superiores da administração.

A análise constitucional e regimental da proposição em epígrafe demonstrou que a mesma atende aos prazos e procedimentos exigidos, tornando-a em condições de ser submetida à apreciação de Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 15, logo após o término da sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 040, 041 e 042/96.

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 006/96.

Levanta-se a sessão.